



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

REDES DE INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO MATO GROSSO: O ESTADO E AS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NA RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Maria Eloísa da Silva

PPGEd/UFCG

Bolsista Estágio Pós Doutoral FAPESq

eloisasilva40@gmail.com

Álvaro Moreira Hypolito

PPGE/UFPel

alvaro.hypolito@gmail.com

Luciana Leandro da Silva

PPGEd/UFCG

luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

Resumo

A pesquisa finalizada, trouxe como objeto de investigação, a reconfiguração da política educacional do Mato Grosso, por meio de parcerias público privadas, via redes de influência nas decisões sobre políticas públicas em educação, tendo o Estado com parceiro. A política educacional na rede estadual de Mato Grosso, sofreu influências de duas empresas do mercado educacional, sendo uma, a Falconi – Consultores de Resultados e outra, refere-se ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF – Minas Gerais. Assim, do resultado destas influências são identificadas duas situações, o Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica – PEIP/MT – desenvolvido pela Falconi Consultores de Resultados e, a Avaliação Diagnóstica do Ensino Público do Estado de Mato Grosso – ADEPE/MT, instituído pelo CAEd/UFJF. A regulamentação destas ações deram-se por meio da Portaria nº 161/2016/SEDUC/MT. O objetivo da pesquisa, baseou-se em identificar as influências das parcerias público privadas na política educacional da rede estadual de Mato Grosso e suas interpelações na gestão, currículo e trabalho docente. Com relação à metodologia, deu-se por meio da etnografia de redes, com uso do Gephi, um *software* livre, que permitiu a operacionalização e análise de dados de modo a visualizar, por meio de grafos, quais interpelações e grau de responsabilização, são

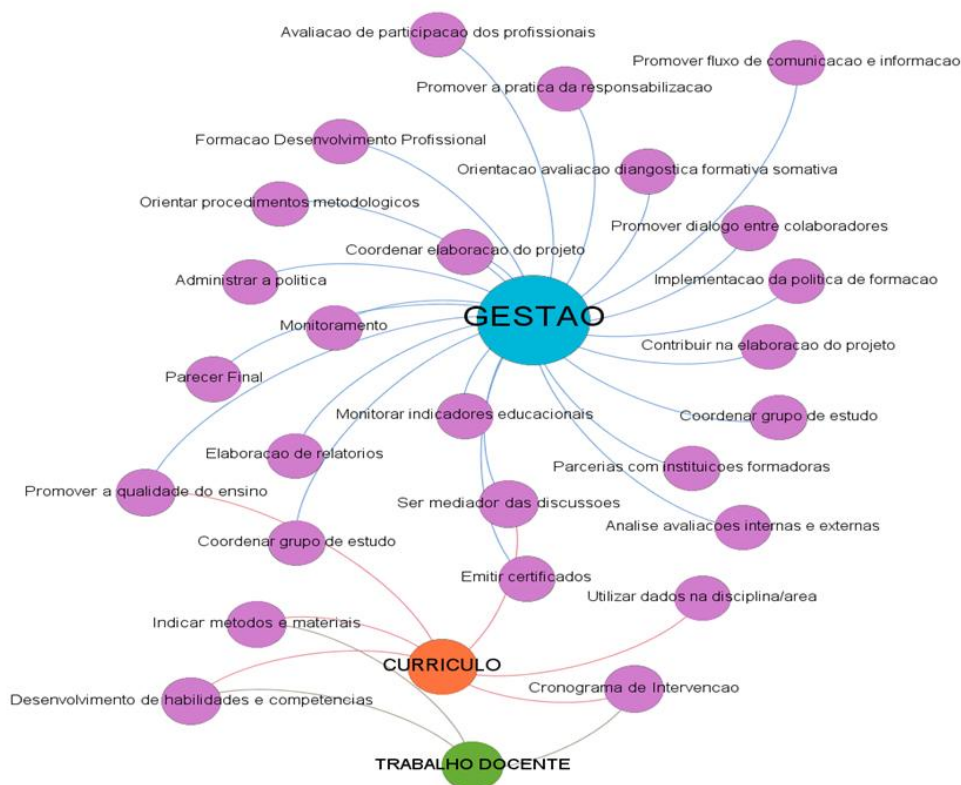
identificadas sobre a gestão, o currículo e trabalho docente, com relação ao PEIP. No referencial teórico, os estudos sobre “Redes” e/ou “Redes Políticas” estão baseadas em Ball (2007;2013;2014); a noção do que vem a ser esse “dispositivo conceitual, utilizado para representar um conjunto de mudanças ‘reais’ nas formas de governança da educação, tanto nacional, como globalmente.” Examinar redes, segundo Ball (2014:p.30 apud MARSH; SMITH, 2000:p.6) é “considerar a institucionalização das relações de poder que se estabelecem” entende-se, entre atores empresariais, chamados de “entrepreneurship” (Dardot & Laval, 2016:p.145), que utilizam discursos baseados em “uma nova filantropia, da privatização e reforma política” (Ball, 2007;2014). Ainda, em Dardot e Laval (2016), com base em discussões sobre políticas neoliberais, as constantes reformas na educação, centradas nos interesses do Estado juntamente com as parcerias público-privadas, vêm reforçando e contribuindo para a reconfiguração dessas políticas, baseadas somente em resultados para a educação. Parte-se da ideia de uma racionalidade governamental (Avelino, 2016), a partir do desenvolvimento de “tecnologias de si”, conforme os estudos de Foucault (1982), supondo, assim, a existência de um sujeito “performativo” (Ball, 2005) e “empresarial” (Dardot & Laval, 2016), competitivo e autoconstrutivo no processo de busca dos resultados para a educação. Essas políticas possuem fortes características gerencialistas (Clarke & Newman, 2012; Hypolito, 2008, 2010, 2011; Hypolito, Vieira e Leite, 2012) que elevam a responsabilização pelos resultados na educação, aumentando o grau de eficácia e eficiência sobre os índices educacionais. Sobre “Governança e Educação” os estudos de Borges (2003) trazem discussões sobre a reconfiguração do próprio Banco Mundial quando articula em sua política a “emergência do conceito de governança”. A centralidade do Banco Mundial, portanto, tem se voltado às reformas educacionais. Borges (2003: p.126) assinala que o conceito de governança para o Banco Mundial a partir de 1992 tem um caráter em “considerar a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento” e nisso tudo há um consenso entre o Banco Mundial, alinhado às políticas neoliberais, de que “boa governança depende de uma administração mais eficaz no setor público, o accountability, além da informação e transparência” nos serviços prestados. As discussões sobre a “etnografia de rede” (Howard, 2002, apud Ball, 2014) constituiu-se em “um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular” (Ball, 2014, p.

28). Howard (2002, apud Ball, 2014) afirma que a etnografia de rede se difere de uma análise de redes sociais, pois esta última não consegue captar detalhes sobre relacionamentos que não são comensuráveis, mas que são significativos. Assim, a etnografia de redes tenta suprir esta questão, fazendo uso de novas formas de comunicação virtual e eletrônica, o que “oferece um acesso mais amplo e mais rico para o ‘social’ em redes sociais do que o caso de usar apenas dados terrestres” (Ball, 2014, p. 28). Com relação aos resultados, os mesmos indicaram que as redes de influência representadas pelo mercado educacional, sendo Falconi Consultores de Resultados e o CAEd/UFJF reconfiguraram a política educacional, por meio do Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica – PEIP/MT e a ADEPE/MT. Portanto, na rede estadual em Mato Grosso, o PEIP e ADEPE/MT, em parceria com o Estado, interpelaram a gestão, o currículo e trabalho docente das escolas pública estaduais. Os efeitos dessas políticas estenderam-se para o campo educacional, reconfigurando sua finalidade, com o propósito de se aproximarem de métodos e práticas de mercado. No grafo, é possível visualizar que o PEIP/MT e ADEPE/MT elaboram discursos e práticas de intervenção, na forma de controle e regulação, interpelando a gestão, currículo e trabalho docente. Essas interpelações reconfiguram a política educacional, procuram legitimar práticas de monitoramento na forma de vigilância sobre o trabalho do professor, prescrevem atribuições de ordem a tornar mais eficiente as práticas pedagógicas e o currículo, a partir da seleção de conteúdos e escolha de metodologias que visem resultados sobre as aprendizagens. Compete a gestão escolar, o trabalho de monitoramento na organização dos espaços e tempos em que acontece a formação e o desenvolvimento profissional, em sala de aula, o cronograma de atividades a ser desenvolvido nas disciplinas também regula espaços e tempos, durante a prática pedagógica. No currículo, nessa fase inicial, os efeitos ainda não são tão visíveis porém a ADEPE/MT ao designar padrões e níveis de desempenho para a rede pública estadual, intensificaram a necessidade de uma seleção de conteúdo, considerados potencializados no currículo de todas as disciplinas, a análise dos resultados das avaliações servem justamente para identificar em quais áreas é preciso um maior empenho sobre o currículo, considerado ainda, um controle maior sobre os resultados em língua portuguesa e matemática. Quanto ao trabalho docente, a percepção é sobre a construção de uma “identidade performática” (Hypolito; Vieira e Leite, 2012: p.10) dos professores, agindo sobre o seu “modo de estar” na escola, a partir do controle

sobre todos os movimentos que ele realiza, bem como os espaços que ocupa no contexto escolar, na forma de atuação da sua docência. O PEIP/MT e ADEPE/MT são políticas que procuram enquadrar os(as) professores(as) a partir de uma lógica de produtividade intensa na escola, seja na sala de aula e principalmente sobre o tempo de hora-atividade, desenvolvida até então na Sala do Educador e, agora substituída, a partir do PEIP/MT, pelo Núcleo de Desenvolvimento Profissional na Escola – NPDE. O NPDE passa a regular a formação do professor através do encaminhamento de referenciais bibliográficos a partir de eixos temáticos que envolvem os significados da intervenção pedagógica e avaliação institucional, os registros sobre as impressões de leitura, tanto individual quanto coletivamente. De acordo com Hypolito; Vieira e Leite (2012: p. 6) “nas escolas o gerencialismo chega como algo necessário, moderno e que vem para qualificar o trabalho de ensino”, por isso atrelado ao PEIP/MT e ADEPE/MT os discursos sobre o novo trazem como perspectiva a modernidade, bem como tentam seduzir sobre soluções para os problemas relacionados às prática e avaliação.

Gephi – Grafo (2018)

Interpelações do PEIP/MT e ADEPE/MT na Gestão, Currículo e Trabalho Docente nas Escolas da Rede Estadual em Mato Grosso



A pesquisa compreende a importância desse estudo para o campo das políticas educacionais, através de potencialidades, mas também e conforme Ball (2014) faz parte de todo processo de investigação, reconhecer as fragilidades que compõem qualquer prática de pesquisa. Quanto às potencialidades, a pesquisa comprovou que houve uma reconfiguração da política educacional da rede estadual de Mato Grosso, por meio do PEIP/MT e ADEPE/MT, enquanto políticas neoliberais, gerencialistas e performativas, além disso, parcerias público – privadas atreladas às intenções de reforma do Estado, instituem políticas de resultados, com foco em avaliações padronizadas e com intervenções nas práticas pedagógicas, com isso, há interpelações sobre a gestão, o currículo e trabalho docente.

Palavras-chave: política educacional; parcerias público-privada; redes de influência.

Referências

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo) liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 21, set/dez. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>, Brasília, 2016.

BALL, Stephen J. Educação **Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Tradução de Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, pág. 177-189, 2013.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The Managerial State: power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare**. London: Sage Publications, 1997.

BORGES, André. **Governança e Governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada**. COHN, Gabriel “Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social. Martins Fontes, São Paulo, 2013.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Editora Boitempo. São Paulo, 2016.

HYPOLITO, A. M. Estado Gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Avaliação da Educação**, v.24, nº 1, p. 63-78, jan/abr 2008.



HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, J. S.; LEITE, M. C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum**, v. 8, nº 2, São Paulo, agosto de 2012.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). **Portaria nº 161 de 12 de abril de 2016**. Institui o Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica (PEIP), O Projeto de Formação Contínua dos Profissionais Técnicos e Apoio Administrativo Educacional (PROFTAAE) e cria o Núcleo de Desenvolvimento Profissional na Escola (NDPE), Mato Grosso, 2016.

PETERS, M.; MARSHALL, J.; FITZSIMONS, P. **Gerencialismo e Política Educacional** em um contexto global: Foucault, neoliberalismo, e a doutrina da auto-administração. In: BURBULES, N.; TORRES, C.A. (Ed.). *Globalização e Educação – perspectivas críticas*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.